

# AS GUERRILHEIRAS DO SOL: A marginalização do papel das mulheres com ênfase no combate da YPJ nas mídias jornalísticas entre 2013 e 2021.

*THE WARRIORS OF THE SUN: The marginalization of the role of women with an emphasis on YPJ combat in news media between 2013 and 2021.*

*LAS GUERRILLERAS DEL SOL: La marginación del papel de las mujeres con énfasis en el combate de YPJ en los medios de comunicación entre 2013 y 2021.*

Ana Beatriz Rios de Andrade Moreira  
Beatriz Leal Boner  
Oliver de Moraes Heizenreider<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discorrer a respeito da maneira pelas quais as mulheres são caracterizadas pelos meios de comunicação relevantes globalmente, de maneira a discutir como as relações de desigualdade de gênero impactam na representação das mulheres nos conflitos armados internacionais. Por meio da ótica feminista, serão analisados como as mulheres são marginalizadas, inferiorizadas e sexualizadas pelas mídias jornalísticas mais disseminadas. Assim, com propósito de contrapor com a visão tradicional, será analisado a conjuntura das guerrilheiras curdas, conhecidas como YPJ, através de uma breve contextualização do conflito local e de suas representações no enfrentamento ao patriarcado do Estado Islâmico. Bem como demonstrar como

as guerrilheiras curdas rompem com o paradigma sexista presentes nos debates da mídia global.

Palavras-chave: Feminismo. Meios de comunicação. Campo de Segurança. YPJ. Guerrilheiras curdas.

## ABSTRACT

This article aims to discuss the way in which women are characterized by the globally relevant media, in order to discuss how gender inequality relations impact the representation of women in international armed conflicts. Through a feminist lens, we will analyze how women are marginalized, inferiorized, and sexualized by mainstream journalistic media. Thus, in order to contrast with the traditional view, the situation of the Kurdish guerrilla women, known as YPJ, will be analyzed

1. Graduandos em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

through a brief contextualization of the local conflict and its representations in the confrontation with the patriarchy of the Islamic State. As well as demonstrate how the Kurdish women guerrillas break with the sexist paradigm present in global media debates.

Keywords: Feminism. Media. Security camp. YPJ. Kurdish women guerrillas.

## RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo discutir la forma en que las mujeres son caracterizadas por los medios de comunicación de relevancia mundial, con el fin de discutir cómo las relaciones de desigualdad de género impactan en la repre-

sentación de las mujeres en los conflictos armados internacionales. A través de una perspectiva feminista, analizaremos cómo las mujeres son marginadas, inferiorizadas y sexualizadas por los medios periodísticos más extendidos. Así, para contrastar con la visión tradicional, se analizará la situación de la guerrilla kurda, conocida como YPJ, a través de una breve contextualización del conflicto local y sus representaciones en el enfrentamiento con el patriarcado del Estado Islámico. Además de demostrar cómo las guerrilleras kurdas rompen con el paradigma sexista presente en los debates mediáticos mundiales.

Palabras clave: Feminismo. Medios de comunicación. Campo de seguridad. YPJ. Guerrilleras kurdas.

## 1. INTRODUÇÃO

A normalidade de atrelar a mulher a imagem de serenidade, vulnerabilidade e paz é vastamente reproduzida nos principais meios de comunicação globais, tradicionalmente, as guerras são compreendidas e lembradas como conflitos armados realizados entre homens, conciliados e narrados por homens. Essa condição cultural, política, social e histórica produz uma estrutura prática e discursiva que legitima a marginalização feminina nas questões de paz e segurança internacional.

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de elucidar como a estrutura dos argumentos silogísticos dentro dos padrões de gênero é falha à medida que legitima e fortalece a inferiorização das mulheres nas guerras, assim contribuindo para as narrativas produzidas pelos principais meios de comunicação jornalísticos mais disseminados no globo. A próxima seção introduz, sob a lente da Teoria Feminista, como a perspectiva de gênero é relevante para analisar de que forma a mulher existe e qual papel social ela pode cumprir nas relações internacionais. Ao final, expõem-se sobre como os estereótipos de gênero contribuem para a consolidação, naturalização e perpetuação da marginalização histórica das mulheres: tornando-as invisíveis e ausentes dos processos agenciadores de segurança, e assim portanto, das políticas globais.

Nessa perspectiva, a terceira seção discorre sobre a conjuntura histórica e social da população curda, expondo a evolução da Guerra do Curdistão como um movimento de emancipação curda e

os fatores que promoveram a posição de marginalidade que a etnia suporta e os atores que participam da luta contra essa opressão. Em decorrência disso, é apresentado um dos grupos que participa ativamente na guerra, a Unidade de Proteção das Mulheres, conhecidas como YPJ, e a sua consolidação no conflito entre a população do Curdistão e o ISIS, sendo esse um grupo feminino autônomo que procura atuar em nome da preservação da população curda e, subjacente a isso, na garantia dos direitos das mulheres e a emancipação das mesmas dentro do território do Curdistão Sírio.

Sendo assim, em busca de compreender a representação das mulheres nas relações internacionais, foram analisadas cerca de 200 reportagens dos meios de imprensa globais, sendo elas a BBC (Reino Unido), CNN (Estados Unidos), Le Monde (França), The Guardian (Reino Unido), Caixin (China), El País (Espanha), e Folha de São Paulo (Brasil), escolhidos sob a justificativa de serem os meios de comunicação mais importantes mundialmente (MOLINA, Matias; 2007), capazes de influir na percepção e na opinião pública acerca dos temas debatidos, devido ao seu grande número de leitores; ademais, vale ressaltar, a tentativa em diversificar os centros geográficos de mídia, de modo a observar não somente jornais europeus, mas de países como China e Brasil.

Por conseguinte, busca se elucidar e analisar como os meios de comunicação reproduzem a estrutura masculinizada das relações internacionais e da estrutura de gênero em geral, de modo a compreender como a mídia proporciona a sexualização e a inferiorização das mulheres nos conflitos armados, evidenciando o caso das mulheres rojavas da YPJ, e como seus objetivos políticos são ignorados e marginalizados. Além disso, procura-se observar como a guerrilha curda simboliza a quebra desse padrão de representação apresentado por esses meios, pondo em xeque a construção machista de padrões de gênero e com isso manifestando o rompimento desse sistema e demonstrando as novas perspectivas que as mulheres podem alcançar dentro do Oriente Médio.

Ao final, conclui-se que a luta das guerrilheiras da YPJ representa uma resistência ao discurso sexista consagrado, à medida que tencionam os estereótipos de gênero ao estruturarem-se para o conflito armado: as curdas redefinem o seu papel por meio de sua luta contra o ISIS, ao defender os civis, o território e as atribuições políticas, sociais e históricas concebidas as mulheres pela estrutura social patriarcal.

## 2. O ESPAÇO DAS MULHERES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção tem como função apresentar qual a relevância dos estudos de gênero para a construção das relações político-sociais dentro das Relações Internacionais, ao expor como a marginalização das mulheres difunde-se a depender de quem e para quem produz-se o conhecimento. Ao fim, propõe-se uma reflexão sobre como as estruturas sociais delimitam a localidade da mulher na sociedade e em consequência, nas Relações Internacionais, com ênfase no campo da Segurança Internacional.

### 2.1 *Afinal, que mulher existe nas Relações Internacionais?*

Questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar as relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional. As leituras feministas de Relações Internacionais direcionam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero (os estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade) influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial. A partir disso, provocam-se discussões sobre o que é considerado objeto de estudo pela disciplina e sobre de que forma de ciência é concebida como legítima para estudá-las. Em outras palavras, como a disciplina das Relações Internacionais é construída e por quem, já que tradicionalmente homens são os principais (às vezes únicos) a tomar decisões de política internacional.

Localizar o gênero nas relações internacionais é também localizar o gênero das Relações Internacionais. O conceito tradicional de segurança e de soberania territorial, central para as RI<sup>2</sup>, não é neutro: “ele se refere à segurança por um grupo e de um grupo – porque privilegia determinados valores desse grupo elitista e masculinizado” (MONTE, 2013, p.48). Ignorar a existência das narrativas sobre características políticas, sociais e culturais produzidas por e para esse grupo, ou construir interpretações sobre a realidade da política estatal e internacional que as ignora, reforça normas e práticas que estabelecem relações assimétricas

---

2. RI como uma sigla para Relações Internacionais.

de poder entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros. A defesa da crítica do referente tradicional de segurança, da prioridade da norma soberana, implica uma série de questões relativas à estrutura social de gênero e às posições de sujeitos nela (MONTE, 2013).

As Relações Internacionais foram historicamente definidas como domicílio de homens, segundo Christine Sylvester. “Homens”, contudo, não são apenas corpos identificados como masculinos. Homens e mulheres são relatos sobre ‘homens’ e ‘mulheres’ já acomodados em seus papéis apropriados, ou seja, homem e mulher são, portanto, narrativas e símbolos que informam nossa experiência e identidade. Nesse cenário, as Relações Internacionais são, assim, uma das instâncias em que se constroem histórias sobre homem e mulher, com impacto na “acomodação de corpos em seus lugares cotidianos” (SYLVESTER, 2004, p. 4).

Fica claro então que uma agenda feminista em política internacional demanda reflexões que vão além do que as teorias tradicionais da disciplina são capazes de oferecer. Ao refletir sobre a forma como o “gênero” é construído a partir de discursos e práticas econômicos, políticos, sociais e institucionais, essas abordagens provocam questionamentos sobre verdades naturalizadas, sobretudo em termos de gênero, e sobre quem as proclama (WHITWORTH, 1994). Ao encorajar a reflexão sobre o porquê de atividades tradicionalmente associadas às mulheres ou à feminilidade serem irrelevantes no contexto da política internacional, as perspectivas feministas impõem ao campo duas importantes consequências: (1) elas evidenciam a forma como as relações internacionais são mais complexas e profundas do que as teorias tradicionais da disciplina dão conta; e (2) elas suscitam perguntas sobre como as relações de poder acontecem, de modo que seja possível uma subjugação histórica e sistemática das mulheres e do feminino na política mundial (ZALEWSKI, 2010).

Dessa forma, a literatura feminista sobre política internacional desafia certezas disciplinares do campo de Relações Internacionais, reconsiderando e dando novo significado a conceitos centrais da disciplina, como “política” e “poder”. Para Cynthia Enloe (2004), por exemplo, um dos problemas centrais do campo diz respeito justamente à sistemática subestimação das quantidades e variedades de poder que operam na política internacional por parte das teorias tradicionais, que invisibilizam hierarquias e de-

sigualdades, inclusive as de gênero. De modo parecido, Marysia Zalewski (1996) argumenta que as teorias convencionais da disciplina olham superficialmente para os eventos sociais que estuda, uma vez que desconsideram como político inúmeras práticas cotidianas que não se encaixam em teorias pré-formuladas e ideais de cientificidade. O que se verifica é uma crítica substantiva, por parte de uma diversidade de autoras e vozes feministas, a pressupostos ontológicos e epistemológicos tradicionais das Relações Internacionais, sobretudo no que tange à forma como as relações políticas de poder são tradicionalmente estudadas – como atributos materiais dos Estados.

## 2.2 A Teoria Feminista na Segurança Internacional

Dentro das Relações Internacionais, o debate sobre a subinclusão das mulheres na política internacional foi capitaneado, primeiramente, pelo chamado “feminismo liberal” (WHITWORTH, 1994). Em um campo convencionalmente dominado por duas correntes teóricas preponderantes – o realismo, por um lado, e o liberalismo, por outro –, as autoras feministas liberais se preocupavam com a incorporação de mulheres nas relações internacionais baseadas em princípios tradicionais do liberalismo político como a igualdade de direitos civis e de oportunidades (TICKNER, 2001). Ao perguntar onde estavam as mulheres na política internacional, o feminismo liberal esperava jogar luz em duas questões distintas, mas interligadas: (1) na posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e (2) na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994).

Desde os anos 1960, começaram a se proliferar importantes críticas ao pensamento feminista liberal do que tange à reprodução de suposições teóricas dominantes nas Relações Internacionais (ZALEWSKI, 2010). Diante disso, autoras como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, partem da pergunta sobre onde estão as mulheres na política internacional para iniciar um debate mais amplo e profundo sobre gênero dentro das Relações Internacionais. Tickner, por exemplo, dá início a um de seus mais importantes livros, *Gender in International Relations* (1992), constatando

a baixa presença de mulheres não apenas como atores políticos relevantes em política internacional, mas também como acadêmicas da área, sobretudo no que tange a questões de guerra e paz – a área mais central e politicamente influente da disciplina. Da mesma forma, Enloe, em *Bananas, Beaches and Bases* (2000), inicia sua reflexão sobre os papéis de gênero em contextos militarizados.

Isso significa que, de maneira geral, a experiência em guerras e conflitos sempre foi contada sob uma ótica da experiência masculina, o que também é reproduzido nos Estudos de Segurança Internacional - ESI (MONTE, 2013). Ou seja, tanto na academia, quanto na política, quem tratava das questões de segurança eram os homens, quem defendia a sobrevivência de todos eram os homens. Para Zalewski e Enloe, a masculinidade e a sexualidade ocidental são continuamente consideradas como requisitos para a participação nos treinamentos militares, nas estratégias de defesa e nos discursos dos dirigentes políticos.

Tal ótica está enraizada tanto nos setores público e privado, como no âmbito diplomático e militar, que, em sua maioria, são espaços majoritariamente ocupados por homens. Conforme colocado por Eleanor Roosevelt no epílogo de seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1952: “comumente, grandes decisões são originadas e concretizadas em instâncias formadas inteiramente por homens ou tão completamente dominadas por eles que qualquer contribuição especial as mulheres tenham para oferecer é posta de lado sem expressividade”<sup>3</sup> (apud TICKNER, 2001, p.44, tradução livre). Entram em discussão, portanto, questões sobre a construção social e política das representações de gênero, sobre quem as (re)produz e como elas são sustentadas, inferindo uma dimensão crítica de emancipação (TICKNER, 1992, p. 3).

No que concerne ao subcampo da segurança internacional, as abordagens feministas possibilitaram uma reformulação do que se consideram ameaças, objetos de estudo e, especialmente, do que se entende por “segurança” e “proteção”. Autoras feministas de RIs foram responsáveis, portanto, por finalmente colocar em discussão questões como o uso do estupro como estratégia militar – e não como um “incidente” ou “efeito colateral” de situações de

---

3. *“Too often the great decisions are originated and given form in bodies made up wholly of men, or so completely dominated by them that whatever of special value women have to offer is shunted aside without expression”.*

conflito – e construir reflexões sobre o fato de a maior parte das vítimas civis de conflitos armados, bem como de pessoas refugiadas e deslocadas, ser composta por mulheres e crianças (KELLY, 2000; TICKNER, 2001). Ao abordar essas questões, a literatura feminista de segurança internacional desafia ontologicamente a lógica (consolidada pelo paradigma realista) do Estado como provedor último da segurança de seus cidadãos, questionando a forma como a perseguição de um ideal estatal de segurança põe em risco a vida e a integridade daqueles e, especialmente, daquelas que deveriam ser “protegidos” (DALBY, 1997).

Toda a compreensão ontológica do feminismo difere significativamente do campo das Relações Internacionais que descreve os Estados como atores autônomos, individualistas e focando no seu comportamento internacional, uma vez que compreende que o comportamento interno não é necessário. Para a perspectiva feminista a vida dos indivíduos e seus relacionamentos são importantes, uma vez que desmascara em grande parte os interesses político-econômicos, estruturais e historicamente desiguais, conectando a vida de indivíduos a estruturas propostas internacionalmente, para assim alcançar “propostas para formas mais justas e iguais de governança global”<sup>4</sup> (TICKNER; TRUE, 2018, p. 9, tradução livre).

Sendo assim, o feminismo ressalta que as guerras não terminam quando a luta acaba, sobretudo para as mulheres, pois, como estudos demonstram, a taxa de mortalidade das mulheres é maior do que a de homens, que o número de refugiados mulheres e crianças representa quase 70% da população refugiada, ademais de que as mulheres são as primeiras a perder o emprego (TICKNER, 2018). Em síntese, o feminismo como um estudo crítico das RIs, compreende que a segurança jamais será alcançada, sem que as estruturas de poder desiguais de gênero, classe e raça sejam eliminadas ou ao menos reduzidas (TICKNER, 1992). A base e o objetivo das abordagens de segurança feminista e de gênero é “identificar, interrogar e resistir às diversas maneiras pelas quais os pontos de vista, interesses e ações dos homens têm sido privilegiados em relação aos das mulheres na vida social contemporânea”<sup>5</sup> (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 36, tradução livre).

---

4. “Proposals for more just and equal forms of global governance”.

5. “Identify, interrogate, and resist the multifarious ways in which the views, interests, and actions of men have been privileged over those of women in contemporary social life”.

### 2.2.1 *A resistência do feminismo islâmico*

Nesse contexto, também faz-se necessário a apresentação da abordagem do feminismo islâmico e como este converge para uma resistência a representação desigual das mulheres no âmbito secular. Evidencia-se que o termo não é difundido de forma ampla, contudo, apesar das diversas distinções quanto às leituras do feminismo, a busca pela identificação das estruturas que atravessam a desigualdade de gênero e por uma releitura não patriarcal do Alcorão é coincidente em suas teses (LIMA, 2014, p. 68).

Como dito anteriormente, as contribuições feministas foram tardias nas relações internacionais e isso também é refletido na condição de atuação das autoras feministas islâmicas. A autora Clarissa de Franco (2016) identifica que as dificuldades de alastrar essa corrente feminista é ainda maior, já que essa não é difundida de maneira profunda na cultura popular e na própria esfera acadêmica, justamente por essa perspectiva ocidentalizada sobre o Oriente Médio (FRANCO, 2016, p.85).

O que as feministas islâmicas trazem é uma nova leitura do livro sagrado, onde é possível ver como esse traz uma abordagem radical sobre igualdade de gênero. Cila Lima (2014) analisa, portanto, que a visão ortodoxa e interpretações mais tradicionais excluem esses pontos explícitos de igualdade da leitura do Alcorão (LIMA, 2014, p.74). Desse modo, o feminismo islâmico questiona os fundamentos internos da religião: a estrutura das dinâmicas sociais desiguais é aprendida culturalmente e não faz parte da base do Alcorão. (FRANCO, 2016, p. 77).

A socióloga Zahra Ali (2012) reforça o ponto principal dessa corrente: o Islã original não promove nenhum tipo de patriarcado, pelo contrário, promove a igualdade de gênero. Nesse sentido, o que as feministas islâmicas reivindicam é uma releitura das fontes do islã usando as ciências sociais para extrair os princípios de igualdade e justiça, distanciando as interpretações patriarcais que foram desenvolvidas até o momento (ALI, 2012). Nota-se que o movimento busca estabelecer a ideia de uma comunidade islâmica compartilhada entre homens e mulheres, contendo uma livre interpretação das fontes religiosas, a busca por justiça e a emancipação das mulheres (LIMA, 2014, p. 75).

Assume-se, portanto, como o feminismo islâmico tem um papel relevante no tensionamento dos papéis que as mulheres

podem exercer no âmbito político e representativo do poder estatal. Essa é a correlação que a corrente estabelece com a guerrilha curda: as mulheres assumem um papel de defesa do território independente de seus princípios religiosos. Nesse contexto, as YPJ assumem o papel principal no assunto de segurança internacional para o sistema político curdo, associando a equidade de gênero e estruturando-a em sua forma de governança.

### **3. A GUERRILHA CURDA FEMININA (YPJ)**

Nesta presente seção iremos pontuar a existência das guerrilheiras curdas, passando pela contextualização da Revolta do Curdistão, que iniciou no ano de 2012 e permanece na atualidade, e como a guerrilha feminina YPJ está sendo a protagonista no assunto de Segurança Internacional e no debate da Teoria Feminista, destacando os principais feitos do grupo e suas implicações.

#### *3.1 Contextualização da Guerra do Curdistão*

A população curda é uma etnia oriunda do Curdistão, região que não é identificada pela Comunidade Internacional como Estado Nacional e que está situada predominantemente entre os países da Turquia, Iraque, Irã e Síria (SILVA, et.al., 2017). Os curdos compõem o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio e o primeiro sem um estado oficial. Assim sendo, após a Primeira Guerra Mundial e a derrota do Império Otomano, os curdos tiveram que se separar forçadamente por esses países, além disso, o estabelecimento da fronteira da Turquia moderna no ano de 1923 não previu a existência do estado curdo e nessa situação os curdos foram proibidos de fazer quaisquer manifestações para estabelecer um estado independente (BBC, 2019). Em cada um desses países, a etnia curda deteve sua cultura e sua identidade contida, tendo sua língua proibida nos Estados, vivenciando diversos ataques às organizações políticas e civis curdas desenvolvidas para pleitear melhorias, deportações, supressão de direitos, entre outros (BARROS, 2021).

Nesse cenário, o movimento de emancipação curda desenvolveu-se a partir das ocupações do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Partiya Karkerên Kurdistnê - PKK), criado no ano de 1978, e das posições de seu líder Abdullah Öcalan e de Sakine

Cansiz, ativista curda e integrante do PKK. Assim, o grupo PKK foi responsável pela promoção e realização da identidade curda, que adversava a violência e a negação cultural que a comunidade curda sofre, especialmente na Turquia e na Síria (MATOS, SIMÕES, 2019).

Com relação ao papel da Síria nesse processo histórico, os curdos que existem na Síria formam em volta de 10% da população e envolvem-se no nordeste do território do país (BBC, 2019). Com o início das revoluções da Primavera Árabe, os protestos iniciados na Síria em 2011 foram brutalmente contidos, guiando a um confronto descontrolado que evoluiu para uma guerra civil abrangendo potências regionais e internacionais. Assim, com a intensidade da brutalidade cometida no confronto fica evidente pelo total de mortes e feridos curdos (GIMENEZ, 2021).

A realidade da população curda nesse momento é de instabilidade, contida com ela conflitos entre o grupo ISIS, no qual começou em 2013 com ataques à três enclaves curdos que faziam fronteira com o território do Estado Islâmico e se estendendo até a atualidade (BBC, 2019), onde não possui uma formação de identidade, uma vez que eles não possuem um estado, não compartilhando das mesmas crenças e a mesma vivência histórica, que da mesma forma não possuem uma linguagem comum, se comunicando por uma terceira língua (ARAÚJO, 2018). Dessa forma, como diversos curdos enxergam o Estado como inerentemente opressivo, ao invés de um Estado independente, eles buscam estabelecer instituições autônomas no nível local, fundamentada no confederalismo democrático, onde inclui a ideia de uma economia cooperativa, a busca pela igualdade de gênero e o ambientalismo e priorização ao meio ambiente (BARROS, 2021).

### *3.2 A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e seus objetivos*

A Unidade de Proteção das Mulheres, ou Yekîneyên Parastina Jin (YPJ) em curdo, é um grupo militarizado completamente feminino, surgiu como uma ramificação do YPG (União de Proteção Popular), que atua principalmente no território do Curdistão sírio, com o exército se manifestando pela necessidade das mulheres curdas que habitam o território da Síria em envolver-se do setor de segurança e defesa (SILVA, et.al., 2017). Possuindo inicialmente 80 integrantes, foi construída no ano de 2013 em

Rojava, que fica no norte da Síria (EFRÎN, 2017). A princípio, o grupo configura-se como um ator não-estatal das relações internacionais e que se tornou destaque pelo enfrentamento ao ISIS na Guerra da Síria, sendo uma organização auto-dirigida eminentemente estruturada e habilitada, que procura atuar pelo meio da autodefesa em nome da proteção da população curda e mais fortemente, na salvaguarda dos direitos e da liberdade das mulheres curdas (BARROS, 2021). Para as próprias mulheres do grupo YPJ, é o poder legítimo das mulheres, carregando sobre si a proteção da libertação feminina e normatização das bases da sociedade, sem diferenciação ou intolerâncias entre religiões, línguas, nacionalidades e raças (YPJ, s/d).

O Comandante do grupo YPJ, Sozdar Afrin, explica que defender as mulheres hoje é defender a ocupação das mesmas aos mesmos cargos de decisão que o sexo masculino, sendo eles cargos militares ou políticos, para representar os direitos legais de 50% da população. Mesmo com resistências de uma sociedade patriarcal que é estabelecida de maneira sólida nos países árabes sobretudo, a guerrilha feminina conseguiu cativar jovens que estão resolutos para romper com o sistema machista herdado pelo Estado (EL PAÍS, 2021).

A guerrilha feminina se concebe a partir do objetivo da emancipação das mulheres, refletindo nos seus debates e nas suas lutas enquanto YPJ. Desse modo, é visto que a presença do grupo YPJ na Guerra da Síria é uma guerra para derrubar a sociedade machista e patriarcal daquele território, já que, uma vez derrotando o ISIS, todas as amarras a que as mulheres são submetidas em detrimento do padrão imposto pelo grupo é violento (BARROS, 2021). Em consequência do machismo presente, há diversos ataques contra as mulheres, incluindo estupro como arma de guerra, fazendo com que grupos femininos curdos organizem-se para combater diretamente os terroristas e impossibilitar que ações como estas marquem diversas outras mulheres e meninas, além disso, destaca-se a importância da luta a favor da retomada das cidades que foram ocupadas por esse grupo terrorista (SILVA, et.al., 2017).

Por conseguinte, as YPJ esforçam-se em restabelecer a sociedade e suas construções de padrões de gênero, consequentemente, a fama do grupo estabeleceu novas oportunidades e perspectivas para as mulheres daquela região do Oriente Médio e no mundo. Assim, o grupo YPJ quebra com a tradicionalidade, uma

vez que é uma unidade de soldados que é desenvolvida apenas por mulheres que possuem o poder de tomar decisões de forma totalmente independente (BARROS, 2021).

As mulheres do YPJ lutam com o objetivo de fazer com que os terroristas do Estado Islâmico sofram assim como as mulheres que eles capturam sofrem, ou seja, elas desejam se vingar dos inúmeros casos de estupros e assassinatos contra mulheres e meninas promovidos pelo EI, da escravização, dos sequestros e das vendas das mulheres no mercado de escravos. (SILVA, et.al., 2017, p. 11)

Nessa perspectiva, as curdas suportam uma dupla opressão, uma pelo sistema machista que oprime as mulheres e, ao mesmo tempo, por serem do Curdistão – um território marginalizado e carregado de estereótipos xenofóbicos do Ocidente – onde participam de um contexto que envolve, tanto as opressões do ISIS, quanto os governos em que a população curda faz-se presente, é onde violentam seus direitos, sua existência e sua liberdade. À vista disso, as YPJ configuram-se como uma alternativa em procura por uma vivência melhor, como uma maneira de receber prestígio como mulheres curdas na sociedade em que se fazem presentes (BARROS, 2021).

Desta forma, já no começo da luta armada em 1984, essas mulheres encontram um espaço de ação e emancipação até então improvável por elas, assim, elas escolheram investir na luta, provando a si mesmas e aos próprios homens as suas capacidades de agir que elas tinham. Portanto, elas começaram a destrinchar o conceito comum de que a mulher se encontra sujeita ao domínio do homem (AMOROSI, 2019).

#### **4. AS MULHERES SOB A ÓTICA DA MÍDIA JORNALÍSTICA**

Essa seção tem como objetivo analisar e discorrer sobre a forma pelas quais as mulheres são abordadas pelos principais canais de comunicação mundiais, de maneira a demonstrar como as relações de desigualdade de gênero impactam na visão da mídia sobre o papel das mulheres nos conflitos armados.

##### ***4.1 Como a mídia aborda e representa o papel da mulher na guerra.***

De acordo com a seção de análise teórica, é notável a exclusão da discussão sobre o papel das mulheres dentro dos campos de guerra. Os principais debates se voltam a aspectos de confli-

tos interestatais, de maneira com que a segurança seja vista como um objeto e dever dos Estados soberanos, que agem de maneira racional e politicamente auto interessada. Sobre essa perspectiva, esse âmbito discorre sobre análises de segurança pública de modo a marginalizar os debates ao redor do papel dos indivíduos, silenciando as questões de gênero (ARAÚJO, 2018). Sendo assim, a visão sobre a guerra se baseia sobretudo em narrativas influenciadas pelas desigualdades de gênero, como um âmbito de conhecimento dominado homens, esse espaço atribui a militarização como uma função majoritariamente masculina, de modo a representar o homem como protetor e provedor de segurança aos indivíduos considerados fracos e indefesos, como as mulheres e as crianças (ENLOE, 2005).

Desta maneira, busca-se compreender se os meios de comunicação, responsáveis por propagarem as informações relevantes na política internacional são influenciados e induzidos por essa visão sexista da guerra e pelos papéis de gênero estabelecidos dentro das relações internacionais. Sob o recorte temporal de 2013 a 2021, as principais companhias de mídia do mundo como a BBC, CNN, Le Monde, The Guardian, Caixin, El País, e a Folha de São Paulo, foram analisadas neste presente artigo. No intuito de se observar as devidas reportagens retratam e abordam questões associadas, à importância e a participação das mulheres nos conflitos armados atuais ao redor do mundo, sobretudo em relação às guerrilheiras curdas que iniciaram seu movimento a partir de 2013. Da mesma forma, quando notado o destaque dado às mulheres nas notícias, se ele não acontece de forma a sexualizá-las e marginalizá-las dentro desse contexto.

Por conseguinte, a partir da análise de cerca de 200 reportagens dos meios de imprensa mais influentes do mundo, categorizados sob o critério de número de leitores mensais e de amplitude de disseminação de informações, foram feitas análises fundamentadas em procedimentos metodológicos de contagem e de formação de nuvem de palavras, produzidas através do software MAXQDA, além da observação demasiada de imagens que poderiam auxiliar no entendimento da questão. O tratamento de dados realizado se embasa na incidência de palavras sumárias a realização da pesquisa, seguida da interpretação do sentido que estas se encontravam nos textos jornalísticos, e no contexto societal dos meios de imprensa.



menção às mulheres ou a grupos femininos, e um destaque maior a palavra “he” relativo ao papel dos homens. A partir da leitura das reportagens que indicavam a palavra “mulheres”, o padrão de manifestação se ampara ao fato da alta frequência de citações referentes a apresentação delas como vítimas das guerras, já que as reportagens predominantemente não representam e evidenciam o papel das mulheres nos combates internacionais.

Essa relação também é perceptível quando visualizado as referências às palavras “mulheres” e “mulher” nos devidos textos, das 185 codificações encontradas pelo software MAXQDA, nenhuma delas destaca o papel das mulheres nos campos de guerra, sendo todas as menções ligadas à ideia de que as mulheres em geral são vítimas desses acontecimentos. A título de exemplo, é possível perceber essa associação em citações em diversas reportagens distintas, “[...] a comunidade internacional se posiciona enquanto famílias, mulheres e crianças têm suas vidas destruídas por distúrbios civis.”<sup>6</sup> (THE GUARDIAN, 2018, tradução nossa), “efetuiu mais de 2.000 entrevistas com sírios e emitiu quatro relatórios detalhando atrocidades, como a tortura ou a execução sumária de civis, entre eles mulheres e meninos.” (EL PAÍS, 2013), “Os rebeldes fora do norte de Moçambique, em geral, não matam mulheres e crianças”<sup>7</sup> (EL PAÍS, 2021, tradução nossa), “Até o momento, a ação militar israelense provocou a morte de ao menos 232 pessoas em Gaza, incluindo 65 crianças e 39 mulheres, segundo autoridades médicas locais.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021), “[...] tornou-se o confronto israelense-palestino mais sério em anos. Sessenta e uma crianças e 36 mulheres estão entre os mortos, disse o ministério.”<sup>8</sup>(CNN, 2021, tradução nossa). Comprovando que as mulheres, assim com as crianças são visualizadas como atores indefesos.

Essa relação também é perceptível a partir da observação de imagens que retratam os conflitos internacionais nas diversas reportagens apresentadas, onde se verifica, assim como nos relatos, a representação das mulheres aliadas a outros indivíduos como crianças e idosos, entretanto, as imagens demonstram esse fator

---

6. “[...] *the International community stands by as families, women and children have their lives destroyed.*”

7. “*Los insurgentes del norte de Mozambique, en general, no matan a mujeres y niños.*”

8. “[...] *in what has become the most serious Israeli-Palestinian confrontation in years. Sixty-one children and 36 women are among the dead, the ministry said.*”

de maneira mais visual e simbólica. Outrossim, é notório a maneira pelas quais elas são tratadas pelos autores, as fotografias relacionadas às mulheres possuem aspectos que destacam e enfocam o contexto que esses atores estão inseridos, que frequentemente remetem a destruição, a miséria, e a salubridade, influenciando na construção de concepções acerca das mulheres, como agentes frágeis e vulneráveis frente aos conflitos. Já imagens relacionadas aos homens representam esses indivíduos próximos a armas ou a postos de comandos, e que destacam muito mais eles do que o próprio ambiente, de maneira a empoderá-los e torná-los agentes imponentes, consolidando representações no campo de segurança.

As fotografias abaixo retratam essas qualificações representadas, as duas primeiras imagens são pertencentes a um mesmo conflito, aos confrontos armados entre os países da região de Sahel, mas são retratadas de maneiras divergentes em um mesmo meio de imprensa. Enquanto a primeira imagem demonstra uma mulher junto a sua família em um ambiente devastado pela guerra, a segunda fotografia apresenta um encontro de líderes militares e políticos majoritariamente do sexo masculino, destacando a interpretação de que os homens são os quem fazem as conflagrações armadas, ao passo que as mulheres e crianças são as vítimas desse processo.

Semelhantemente, as duas últimas fotografias, sobre os conflitos em Moçambique, são de uma mesma reportagem em um mesmo meio de imprensa, o que explicita ainda mais a dicotomia entre as formas de abordar e enxergar os indivíduos que sofrem em um contexto de guerra. Assim como já abordado, a terceira imagem remete sobretudo à incapacidade das mulheres em mudarem o andamento dos fenômenos políticos, em contrapartida dos homens vistos como os principais agentes políticos desse enquadramento.

### Imagem 1 - Refugiadas dos conflitos na região de Sahel



Fonte: El País (2019)

### Imagem 2 - Emmanuel Macron cumprimenta soldados na região de Sahel



Fonte: El País (2019)

### Imagem 3 - Desabrigados dos conflitos em Moçambique



Fonte: BBC News (2020)

### Imagem 4 - Soldados no conflito de Moçambique



Fonte: BBC News (2020)

Do mesmo modo, quando é dado o devido destaque ao papel das mulheres nos conflitos armados, ele acontece, predominantemente, caracterizado pela inferiorização desses atores. Um exemplo disso são as próprias guerrilheiras curdas (YPJ) que, a partir da análise das reportagens, verificou-se que são majoritariamente descritas de maneira a dar enfoque as suas características físicas, destacando assim, a sua beleza e sua feminilidade, e desagre-

gando-as ao desenvolvimento da guerra, em contraposição com as imagens propagadas dos fortes e masculinizados combatentes do Estado Islâmico (GIMENEZ, 2021), no sentido de apresentar relatos de brutalidades e de desumanidades realizados pelo grupo, e simbolizarem-lhes de forma empoderada perto das armas. A título de exemplo, observa-se o famoso caso da guerrilheira Asia Ramazan representada pelos meios de comunicação como a “Angelina Jolie curda” (GIMENEZ, 2021). Essa associação ressalta a ideia de que os aspectos físicos das mulheres são mormente destacados em sobreposição de um aprofundamento e entendimento dos seus propósitos, e os aspectos de sua luta.

Destarte, as reportagens acabam por não abordar de forma profunda a importância das guerrilhas no conflito curdo, há a minimização de relatos e discussões de suas respectivas participações no conflito curdo, não é dado enfoque às estratégias e táticas utilizadas, aos valores compartilhados dentro da guerrilha ou ao comportamento das guerrilheiras. Destaca-se e aborda-se majoritariamente, o papel dos homens frente a esse contexto, sobretudo pela familiarização destes como pertencentes ao campo de segurança. Sendo assim, as reportagens discorrem, principalmente, pela mídia ocidental como The Guardian, CNN, BBC etc; os seus aspectos físicos e estéticos, como a descrição do uso de maquiagem e de tranças nos cabelos, desassociando-as a qualquer importância política. Desta forma, “Os repórteres costumam escolher as lutadoras mais “atraentes” para as entrevistas e erotizá-las como amazonas “duronas” (DIRIK, 2014), essencialmente devido a estranheza e a exotividade em associar as mulheres aos campos de batalha.

## **5. A MARGINALIZAÇÃO E A INFERIORIZAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRA**

A partir da análise de documentos, é possível discorrer e compreender que os meios de mídia são influenciados pelos padrões de gênero intrínsecos nas relações do sistema internacional, de modo com que reproduzam os mesmos estereótipos sexistas. Nesta conjuntura, as questões de gênero na imprensa são definidos pelos seguintes elementos: a característica masculina como sendo um ser violento e digno de guerra; diferentemente da mulher que, por conta do seguimento machista dos acadêmi-

cos de Relações Internacionais e da sociedade de maneira geral, é configurada nesse sistema como não-belícosa, ligada a paz e a compaixão, sendo ela desapropriada de tarefas ligadas a administração da soberania internacional entre os Estados e a sua segurança (ARAÚJO, 2018).

Sendo assim, as reportagens das mídias globais majoritariamente excluem os debates acerca do papel das mulheres nos conflitos internacionais, dando espaço e destaque apenas a atores homens, sobretudo pelo entendimento do campo da guerra ser um ambiente masculino, no qual impera características como a violência e a agressividade, que se associam aos aspectos ligados aos homens (ARAÚJO, 2018). Esses elementos são explicitados a partir da observação da baixa incidência de códigos relacionados às mulheres nas ferramentas metodológicas de nuvem de palavras, de decodificação do software MAXQDA.

Destarte, quando apresentadas, atribui-se às mulheres os papéis sociais de vítimas das devidas guerras, ao lado de atores como crianças e idosos, estruturando assim, uma caracterização de passividade e de incapacidade de autoproteção em meio aos conflitos, tendo em vista a atribuição de aspectos as mulheres como indivíduos que representam o pacifismo e a cooperação. Da mesma forma, quando não constituídas dessa maneira, as mulheres são vistas como agentes militares inferiores, como ocorre até mesmo com as guerrilheiras curdas (YPJ), que são retratadas de maneira a se tornarem entidades sexualizadas e ludibrias pela mídia, levando assim à inferiorização dos seus objetivos e dos seus papéis dentro dos confrontos armados.

Assim, mesmo com esse fenômeno, as guerrilheiras YPJ estão conseguindo, nos últimos anos, espaços cada vez mais notórios no âmbito internacional, especialmente no Ocidente, por se contrapor e tencionar aos estereótipos de feminilidade e evidenciando o avanço político de maneira positiva em consequência da grande presença de mulheres nas forças armadas, algo que para o Ocidente tem sido dificultoso e que, para as mídias ocidentais, estão sempre sendo questionadas: *como elas lutam? elas realmente sabem lutar? Há resquícios de feminilidade nessa luta?* Dentre outros aspectos vestígios de dúvida sobre suas reivindicações políticas (CASTRO, 2018).

Nesse sentido, a participação determinante das mulheres nos exércitos é de suma importância para a quebra de paradigmas e de padrões de gênero, os quais são estabele-

cidos e seguidos à risca na região do Oriente Médio, por conta de sua tradição com base patriarcal, como qual é o tipo de atividade que uma mulher deve desempenhar e os espaços que ela nasceu para ocupar, pois segundo as tradições, as mulheres deveriam se ater a atividades domésticas e educação dos filhos (SILVA, et.al., 2017, p. 11)

Em suma, as guerrilheiras curdas alcançaram o desenvolvimento das questões feministas e o local de espaço da mulher no contexto político, acadêmico e principalmente o militar, questionando qual é a verdadeira função da mulher dentro da sociedade e criando a concepção de mulheres independentes, livres para fazer a sua vontade e o seu papel igualitário – ou até melhor do que dos homens – no exercício da liderança e do combate (SILVA, et al., 2017).

## 6. CONCLUSÃO

O que nos propusemos a analisar neste estudo é como a mídia ocidental reproduz a visão estereotipada da mulher (adivinda das estruturas sociais externas) em guerras: quando a palavra mulher aparece nas reportagens é associada diretamente a vulnerabilidade do papel de ser vítima, jamais como agente ativo e atuante dentro do conflito armado - isto, quando as mulheres são dignas de serem lembradas e mencionadas. A reprodução dessas estruturas sociais perpassa toda a visão que se tem do ser feminino no mundo, o que vemos acontecer nos principais meios de comunicação nada mais é do que uma réplica desse alicerce consagrado onde as relações de poder impõem precisamente a invisibilidade às mulheres, e as suas devidas atuações políticas.

Nesse sentido, ao analisar e investigar o caso das guerrilheiras, observa-se que o engajamento das mulheres curdas em organizações militares atinge diretamente as convicções de hierarquia de gênero, classe e poder estatal - já que o YPJ tem sua luta orientada pela própria libertação da opressão de gênero. Constatando que a visão da mulher vinculada a vulnerabilidade e desamparo, propaga o ideal de inexistência ou invisibilidade daquele corpo no âmbito doméstico e portanto, no espaço internacional também. É categórico que a mídia consente com o alastramento dessa invisibilidade às mulheres curdas e dessa forma mitiga a dimensão da luta que as guerrilheiras vivem todos os dias: as pressões estruturais enfrentadas por essas mulheres são atenuadas frente a hiper

sexualização - a questão curda é por vezes apresentada de forma superficial, afinal, o discurso tem que ser enquadrado em um viés passível de ser aceito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANDETE, David. A ONU vincula altos oficiais sírios a crimes de guerra. **El País**. Jerusalém, 2 dec. 2013. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/02/internacional/1386001878\\_501681.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/02/internacional/1386001878_501681.html). Acesso em: 15 nov. 2021.

ALI, Zahra. **“Femmes, féminisme et islam: décoloniser, décroïsonner et renouveler le féminisme”**. 2012. Disponível em: <http://frontdu20mars.github.io/Textes/2012/07/06/femmes-feminisme-et-islam-decoloniser-decroïsonner-et-renouveler-le-feminisme.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

AMOROSI, Lucia. **Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão**. Cadernos Pagu, n. 56, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/rRvFLW4MzNKNrvJLxt7WjJJ/?lang=pt>. Acesso em: 13 Oct. 2021.

ARAÚJO, Bianca Mendes. **A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e sua atuação como ator não estatal armado na luta contra o ISIS**. 2018. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. p. 26-27. Acesso em: 09 out. 2021.

AYUSO, Silvia. Francia, un compromiso histórico con el Sahel. **El País**. Paris, 14 jul. 2019. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563030584\\_781806.html?rel=mas](https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563030584_781806.html?rel=mas). Acesso em: 03 out. 2021

BBC News. Who are the Kurds? 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29702440>. Acesso em: 5 set. 2021

BENEVIDES, Bruno; ALONSO, Lucas. Após 11 dias de conflitos, Israel e Hamas acertam cessar-fogo. **Folha de São Paulo**. 20 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/bombardeios-continuam-em-conflito-entre-israel-e-gaza-apesar-de-negociacoes-por-cessar-fogo.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

CASTRO, Thais de Bakker. **Guerreiras pela Liberdade: Narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018. Acesso em: 22 set. 2021.

DALBY, Simon. **Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse**. 1997. In: KRAUSE, K. & WILLIAMS, M (eds.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Taylor & Francis e-Library. Acesso em: 29 set. 2021.

DE BARROS, Letícia Gimenez Firmino. **AS UNIDADES DE DEFESA DAS MULHERES (YPJ): uma análise crítica e sob lentes de gênero da guerrilha feminina em Rojava**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2021. Acesso em: 4 out. 2021.

DIRIK, Dilar. Western fascination with 'badass' Kurdist women, 2014. **Aljazeera**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2014/10/29/western-fascination-with-badass-kurdish-women>. Acesso em: 05. out. 2021. Disponível em: <https://ofri.com.br/guerrilheiras-curdas-em-rojava/>. Acesso em: 05 out. 2021.

DRUMMOND, Ana Luiza Moreira Mineiro; BATISTA, Maria Luiza Siqueira; MENDES, Cristiano Garcia. Representation of the female members of YPJ in british media. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, 2021. Acesso em: 19 set. 2021.

EFRÎN, Lorin. **A revolutionary first in Rojava**: YPJ. ANF News, 2017. Disponível em: <https://anfenglish.com/women/a-revolutionary-first-in-rojava-ypj-18897>. Acesso: 10 de out. 2021.

ENLOE, Cynthia. **What if patriarchy is “the big picture”?**: An afterword. Gender, conflict, and peacekeeping. Oxford: Rowman & Littlefield, 2005. Acesso em: 22 set. 2021.

FRANCO, Clarissa de. “Feminismo islâmico face ao feminismo secular: uma nova consciência de gênero de um oriente que rejeita a ocidentalização”. São Paulo: **Último Andar**, n. 27, p.84-92, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ultimoandar/article/view/27095>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GIMENEZ, Letícia. Guerrilheiras curdas em Rojava: a luta armada das mulheres no território autônomo do pôr do sol, 2021. **Observatório Feminista de Relações Internacionais**. Acesso em: 21 set. 2021.

GOLD, Hadas. et al. Netanyahu vows to continue strikes on Gaza as Israel pounds Hamas targets. **CNN**. 18 Mai. 2021. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2021/05/17/middleeast/israel-palestinian-conflict-monday-intl/index.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

INTERNATIONAL community must act on Yemen. **The Guardian**. 13 dec. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/dec/13/international-community-must-act-on-yemen>. Acesso em: 16 out. 2021.

KELLY, Liz. **Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State**. 2000. In: JACOBS, S., JACOBSON, R. & MARCHBANK, J. (eds.). States of Conflict: Gender, Violence and Resistance. Londres: Zed Books. Acesso em: 27 set. 2021.

LIMA, Cila. “Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico”. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p.675-686, ago. 2014. Acesso: 13 out. 2021.

MOLINA, Matias. **Os melhores jornais do mundo**. Editora Globo. 2007. Acesso em: 24 set. 2021

MONTE, Izadora. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. 2013. Estudos Feministas, n. 21, ed. 1, Florianópolis. Acesso em: 16 out. 2021.

MOÇAMBIQUE enfrenta onda de decapitações por jihadistas que difundem vídeos em português. **BBC News**. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54906823>. Acesso em: 3 out. 2021.

NARANJO, José. Atrocidades de guerra en el norte de Mozambique. **El País**. Dakar, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-03-22/atrocidades-de-guerra-en-el-norte-de-mozambique.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

NARANJO, José. La violencia y el éxodo forzado desangran al Sahel. **El País**. Dorl, 13 Jul. 2019. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563028087\\_404573.html?rel=mas](https://elpais.com/internacional/2019/07/13/actualidad/1563028087_404573.html?rel=mas). Acesso em: 26 out. 2021.

PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Security Studies: an introduction**. Londres: Routledge, 2010. p. 192. Acesso em: 25 set. 2021.

SANCHA, Natalia. El Kurdistán sirio busca aliados para su ansiada autonomía. **El País**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-04-06/el-kurdistan-sirio-busca-aliados-para-su-ansiada-autonomia.html>. Acesso em: 13 Oct. 2021.

SILVA, Antonio Henrique Lucena et al. **As Guerrilheiras Curdas e a Redefinição das Questões de Gênero na Guerra: o Combate ao Terrorismo do Estado Islâmico no Iraque e na Síria**. Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife. 2017. Acesso em: 29 set. 2021.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. 1994. Cambridge: Cambridge University Press. Acesso: 22 set. 2021.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. 2018. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 221-233. Acesso em: 16 set. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. 1992. Nova York: Columbia University Press. Acesso em: 12 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Peace and Security from a Feminist Perspective**. 2018. The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security, 14-25. Acesso em: 14 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post- Cold War Era**. 2001. Nova Iorque: Columbia University Press. Acesso em: 14 set. 2021.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations**. 1994. Londres: Macmillan Press. Acesso em: 13 set. 2021.

YPJ: conheça as mulheres curdas que lutam pela independência e combatem o patriarcado e o Estado Islâmico. Contraponto Digital. **PUC SP**. Disponível em: <https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/ypj-conheca-mulheres-curdas-que-lutam-pela-independencia-e-combatem-o-patriarcado-e-o>. Acesso em: 8 Oct. 2021.

ZALEWSKI, Marysia. **All these theories and the bodies keep piling up:**

theories, theorists, theorizing. 1996. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press. Acesso em: 9 out. 2021.

\_\_\_\_\_. *Feminist International Relations: Making Sense...* In: SHEPERD, L. (ed.). 2010. **Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to International Relations**. Nova York: Routledge. 10 set. 2021.